

[Artigos Originais]

Gênero, Dinâmicas de Poder Intrapartidárias e Manterrupting no Legislativo*

Debora Thome¹

¹Pesquisadora de Pós-Doutorado pelo Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). São Paulo, SP, Brasil.

✉ E-mail: debora.costa@fgv.br  Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1071-6980>

Mauricio Izumi²

²Professor adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, ES, Brasil.

✉ E-mail: mauricioizumi@hotmail.com  Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4339-0032>

DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.2.367>

Banco de dados: <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/OY3CUQ>



*Este artigo foi desenvolvido com o apoio da FAPESP (processo 2023/04679-0, vinculado ao processo temático 2019/27645-8). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP. Agradecemos as fundamentais contribuições das/os pareceristas anônimas/os, que muito enriqueceram o artigo teoricamente e na apresentação dos dados. Também agradecemos os excelentes comentários e contribuições de colegas do grupo de pesquisa do FGV Cepesp e de Danilo Medeiros, Karine Belarmino, Malu Gatto e Victor Araújo. Ambos autores contribuíram de forma equivalente para o artigo; a ordem da autoria não significa preponderância de um ou outro.

Resumo

Gênero, Dinâmicas de Poder Intrapartidárias e *Manterrupting* no Legislativo

O aumento da participação de mulheres como representantes eleitas para o Legislativo faz com que sejam mais frequentes também as interações entre legisladores – homens e mulheres – permeadas por questões de gênero. De acordo com algumas pesquisas, mesmo uma vez eleitas, mulheres detêm menos capacidade de exercer poder simbólico, sendo limitadas na sua capacidade de apresentar e liderar as agendas (*agenda setting*). A partir dessa perspectiva, observamos os apartes feitos a quase 70 mil discursos proferidos por senadores e senadoras brasileiros entre 1995 e 2018, para analisar como – e se – dinâmicas de gênero se davam no âmbito dos discursos, com foco nas interrupções. Ao final, concluímos que, no Senado, o *manterrupting* não acontecia de forma genérica. Mulheres, de forma ampla, diferentemente do que prevê parte da literatura, não são mais interrompidas que homens. Ao mesmo tempo, nossos achados mostram que mulheres líderes são mais interrompidas que homens líderes. Mais que isso: sobretudo por homens integrantes do mesmo partido. Tal dado sugere que, se existem obstáculos quanto ao poder exercido pelas mulheres em plenário, eles se encontram no interior de seus partidos.

Palavras-Chave: gênero, senado, discurso, partidos políticos, *manterrupting*

Abstract

Gender, Intra-Party Power Dynamics and *Manterrupting* in the Legislature

The increased participation of women as elected representatives in Congress has brought gender issues to the forefront, which resulted in more frequent interactions between male and female legislators. According to some research, women still often face limitations in exerting power and agenda-setting. In order to explore this phenomenon, we analyzed approximately 70,000 speeches that Brazilian senators delivered between 1995 and 2018, with focus on gender dynamics within the speeches, particularly interruptions. Our findings indicate that *manterrupting*, or the act of men interrupting women, did not prevail in the Senate as a whole. Contrary to the predictions in existing literature, women were not interrupted more often than men in general. However, our research reveals that female leaders experience higher rates of interruption as compared to their male counterparts, mainly from male members within the same political party. These results suggest that barriers that hinder the influence of women in plenary sessions are likely rooted within their own parties.

Keywords: gender, senate, speech, political parties, *manterrupting*

Résumé

Le Genre, la Dynamique du Pouvoir Intrapartisan et le *Manterrupting* au Législatif

L'augmentation de la participation des femmes en tant que représentantes élues à la législature rend plus fréquentes également les interactions entre législateurs - hommes et femmes - imprégnées de questions de genre. Selon certains sondages, même une fois élues, les femmes ont moins de capacité à exercer un pouvoir symbolique, étant limitées dans leur capacité à présenter et à diriger les agendas (*setting agenda*). De ce point de vue, nous avons observé les désaccords avec près de 70000 discours prononcés par des sénatrices et sénateurs brésiliens entre 1995 et 2018, pour analyser comment - et si - les dynamiques de genre se produisaient dans le cadre des discours, en mettant l'accent sur les interruptions. En fin de compte, nous avons conclu qu'au Sénat, le *manterrupting* n'avait pas lieu de manière générale. Les femmes, dans une large mesure, contrairement à ce qu'on peut lire dans la littérature, ne sont pas plus interrompues que les hommes. En même temps, nos conclusions montrent que les femmes leaders sont plus perturbées que les hommes leaders. De plus, surtout par des hommes appartenant au même parti. Cette donnée suggère que s'il existe des obstacles quant au pouvoir exercé par les femmes en plénière, elles se trouvent à l'intérieur de leurs partis.

Mots-clés : Genre, Sénat, Discours, Partis politiques, *Manterrupting*

Resumen

Género, Dinámicas de poder Intrapartidarias y *Manterrupting* en el Legislativo

El aumento de la participación de las mujeres como representantes electas en la asamblea legislativa significa también que las interacciones entre legisladores - hombres y mujeres - impregnadas de cuestiones de género son más frecuentes. Según algunas investigaciones, incluso una vez elegidas, las mujeres están menos capacitadas para ejercer el poder simbólico y se ven limitadas en su capacidad para presentar y dirigir agendas (*agenda setting*). Desde esta perspectiva, examinamos los comentarios realizados en casi 70.000 discursos pronunciados por senadores brasileños entre 1995 y 2018, con el fin de analizar cómo - y si - se producían dinámicas de género dentro de los discursos, centrándonos en las interrupciones. Al final, llegamos a la conclusión de que, en el Senado, el *manterrupting* no se producía de forma genérica. Las mujeres en general, en contra de lo que predice parte de la literatura, no se interrumpen más que los hombres. Al mismo tiempo, nuestros resultados muestran que las mujeres líderes sufren más interrupciones que los hombres líderes. Más

que eso: principalmente por hombres del mismo partido. Esto sugiere que si existen obstáculos para el poder de las mujeres en el plenario, se encuentran dentro de sus partidos.

Palabras-clave: Género, Senado, Discurso, Partidos políticos, *Manterrupting*

Introdução

No dia 14 de julho de 2021, a senadora Simone Tebet, terceira candidata mais bem votada na disputa à Presidência da República de 2022, interrogava a funcionária da Precisa Medicamentos Emanuela Medrades, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, quando foi interrompida pelo também senador Flavio Bolsonaro. Diante das tentativas do colega de Legislativo, Tebet foi enfática: “Não estou me dirigindo a Vossa Excelência. Vossa Excelência só usará o microfone quando o presidente desta comissão determinar. Peço que respeite uma senadora da República.” Os microfones acabaram sendo fechados depois que a senadora ameaçou ir ao Conselho de Ética para se queixar da interrupção¹. Outros exemplos semelhantes aparecem na mídia quando se trata de deputadas federais, deputadas estaduais e vereadoras, sendo o Legislativo, por seu espaço de assembleia e dada a frequência dos discursos, um lócus em que tal fenômeno pode ser observado de forma mais constante.

O Brasil é um dos piores países do mundo quando se trata de representação descritiva de mulheres. Ainda que as cotas de 30% nas chapas existam desde os anos 1990 para eleições proporcionais, a cobrança de sua exigência só passou a ser feita mais de uma década depois. Assim, após quase 30 anos, o percentual de representantes femininas na 57ª legislatura (2023-2027) era de 17,7% na Câmara dos Deputados e de 12% no Senado Federal, posicionando o Brasil em 145º (entre 191 países) quando se trata de mulheres congressistas (IPU, 2023).

A ausência de uma massa crítica (Child, Krook, 2008) na Câmara dos Deputados e no Senado pode significar que, apesar de terem sido eleitas, tais representantes femininas, inclusive por conta do baixo percentual de presença, não estão conseguindo levar adiante as agendas para as quais foram eleitas ou outras agendas relativas aos direitos das mulheres. Assim, experimentam uma situação em que, dado o diferencial de gênero, elas detêm relativamente menos poder que seus pares homens. Dessa forma, fica evidente que, além das barreiras formais, as mulheres representantes enfrentam também barreiras informais, menos visíveis, quando da sua atuação no Congresso, as quais dizem respeito tanto a como são realizados os debates, como quanto aos contatos formais e informais com demais congressistas (Barnes, 2016).

Neste artigo, avaliamos uma dessas barreiras informais à atuação política das mulheres. Pesquisamos se – e em quais condições – senadoras mulheres são mais interrompidas em seus discursos que senadores homens.

Para isso, observamos os apartes feitos a quase 70 mil discursos proferidos por senadores(as) brasileiros entre 1995 e 2018. O Senado Federal foi escolhido por dois motivos. O primeiro deles, porque senadores têm uma maior capacidade individual de influência política que deputados federais (Neiva, Izumi, 2012), uma vez que estão em menor número e ocupam o ponto mais alto da carreira legislativa. Em segundo lugar, as regras procedimentais são mais frouxas (Tsebelis, Money, 1997; Neiva, 2011; Miller, Sutherland, 2022), o que poderia encorajar o domínio masculino nas discussões do plenário.

Publicações que façam uso dos discursos no Legislativo como forma de compreender melhor sobre seu funcionamento têm aumentado nos últimos anos. Moreira (2020b) destaca a importância de pesquisas que deem conta da comunicação como um espaço de poder do Legislativo, analisando padrões de discurso. Já Moreira (2020a) avalia o uso do Pequeno Expediente, na Câmara dos Deputados, e o que ele comunica sobre o padrão da atividade legislativa. Izumi e Medeiros (2021) e Figueiredo, Mueller e Cajueiro (2022) utilizaram discursos no Senado como forma de medir tanto o posicionamento político quanto o ideológico; enquanto dos Santos, Andrade e Moraes (2021) sistematizaram e analisaram 20 anos de debates em 25 Comissões permanentes da Câmara dos Deputados para identificar temas abordados nessas comissões, como forma de analisar mudanças ao longo do tempo.

O tempo e o espaço para discursos e debates são importantes instrumentos de poder no contexto da representação, pois eles não apenas são uma das formas como eleitos e eleitas expressam suas agendas e defendem seus pontos (Mansbridge, 1983), como também refletem o poder simbólico (Lombardo, Meier, 2019) que representantes detêm, seja nas Câmaras de Vereadores, Assembleias, Câmara dos Deputados ou Senado. Os discursos servem para que o ou a parlamentar se posicione sobre votações, debata projetos, apresente acréscimos ou modificações, para persuadir colegas, para ter influência sobre determinados temas, mas também para demonstração de poder.

Sendo as dinâmicas institucionais permeadas por vieses de gênero (Hawkesworth, 2003) e sendo o parlatório um espaço de poder dentro do Senado, seria esperado que houvesse disputas de gênero - para além das partidárias - quanto à ocupação do tempo disponível, as quais poderiam incluir o silenciamento de mulheres realizado pelos homens. Entretanto, para o caso brasileiro, ao contrário do que sugere a literatura (Miller,

Sutherland, 2022; Vera, Vidal, 2022), encontramos que isso não ocorre de forma ampla: senadores e senadoras têm as mesmas chances de serem interrompidos quando proferem seus discursos.

Um cenário diferente, porém, é identificado na interação entre gênero e a ocupação de posições de liderança por mulheres no interior dessa Casa Legislativa. Mulheres, quando líderes de seus partidos no Senado, são significativamente mais interrompidas que homens líderes. Mais que isso: senadoras líderes são interrompidas e sofrem mais questionamentos, sobretudo, por integrantes homens de seu próprio partido.

Este achado, ainda que destoando da premissa ampla do *manterrupting*, vai ao encontro da literatura recente sobre gênero e política, que situa parte dos grandes desafios enfrentados pelas mulheres dentro das dinâmicas de disputa de poder na relação com os próprios partidos (Dahlerup, 2017; Hinojosa, 2012; Thomé, 2021). Além disso, a análise das interrupções nos discursos no Senado permite trazer mais informações sobre os mecanismos de poder simbólico que operam dentro das estruturas do legislativo.

O artigo também contribui para o debate sobre violência política de gênero, uma vez que, para além das questões de agressões físicas, outros tipos, como o abuso psicológico e a violência discursiva, também são formas reconhecidas de violência política de gênero, visto que reforçam as relações desiguais de poder entre homens e mulheres (Sanín, 2022).

Para além dos aportes teóricos ao debate sobre gênero e política, este trabalho também contribui metodologicamente com a literatura de *text as data* (o texto como dado), ao realizar a análise de uma vasta base de dados que ilustra a interação entre senadores, retratada em cerca 70 mil discursos. Embora textos em linguagem natural sejam uma fonte poderosa de informação para que cientistas sociais analisem a interação entre indivíduos e as relações de poder imbricadas nessas relações, os trabalhos que analisam grandes conjuntos de dados dessa natureza começaram a ser publicados apenas mais recentemente (Grimmer, Stewart, 2013; Izumi, Moreira, 2018).

Finalmente, é importante mencionar que, uma vez que os dados para raça estão disponíveis somente a partir de 2014 e que o número de senadoras negras é excessivamente diminuto nesse período (o que impossibilita estatisticamente uma análise mais acurada dessa característica específica),

optamos por restringir o recorte somente à questão de gênero, mesmo entendendo que aspectos interseccionais possivelmente apresentem mais algumas correlações em análises que envolvam o silenciamento das parlamentares.

Após essa introdução, o artigo está estruturado da seguinte forma: na próxima seção, discutimos a literatura que conecta gênero e comunicação, mostrando como, no fazer político, ela acaba criando e reforçando relações de poder; em seguida, mencionamos brevemente o histórico de participação das mulheres no Senado, bem como apresentamos informações sobre o papel dos discursos nessa Casa Legislativa. Passadas essas primeiras seções, trazemos os dados analisados, explicando sobre sua coleta e informando descritivamente sobre a amostra. Os métodos utilizados e os resultados encontrados para os diferentes testes a partir das hipóteses por nós formuladas compõem as duas seções seguintes. Por fim, apresentamos as conclusões e discutimos como as dinâmicas de gênero e partidárias podem estar impactando as interrupções no âmbito do Senado Federal.

Gênero e linguagem como relações de poder

A linguagem com viés de gênero pode ser uma das expressões do uso da força quando se trata do diferencial de homens e mulheres na arena pública (Mansbridge, Shames, 2008), evidenciando, ao mesmo tempo, o favorecimento de um grupo em detrimento de outro – no caso, homens em detrimento de mulheres. “O status quo, ou seja, os arranjos de poder existentes de um determinado tempo e lugar, sempre dota certos indivíduos de maior capacidade do que outros para concretizar suas preferências ou realizar seus interesses.” (Mansbridge, Shames, 2008: 625). Diante de ameaça de mudança do *status quo* – isto é, de perda de poder –, argumentam as autoras, a linguagem é uma das ferramentas usadas como poder não coercitivo, mas com capacidade de limitação da ação de grupos que tentam romper essas barreiras.

Casas legislativas, até mesmo porque refletem as dinâmicas da sociedade, são espaços permeados por vieses de gênero e raça (Hawkesworth, 2003). Krook (2022) chama atenção para o fato de que comportamentos como padrões de interrupção (e não apenas a interrupção, mas também outras expressões do diálogo que não sejam a fala propriamente dita) podem ser reflexo dessas diferentes assimetrias de poder. Henley (1977 apud Krook) ressalta que, como mecanismos de controle social, as inter-

rupções reforçam categorias de poder. Interrupções na comunicação, mais que reflexo da lacuna de poder, também retroalimentam o silenciamento de grupos de menor poder, reduzindo a capacidade de agenda daqueles que estão sendo interrompidos (Vera, Vidal, 2022).

As estruturas de poder tendem a ser reforçadas por meio de diversas ferramentas de comunicação e linguagem. Marx Ferree (2004) conceitua ridículo, estigma e silenciamento (*ridicule, stigma, and silencing*) como diferentes estratégias de poder dentro das disputas no movimento de mulheres, com graus crescentes de coerção, ainda no campo do *soft power*. Elas também se coadunam com a discussão que propomos sobre linguagem e discurso no âmbito da política.

Apesar de, ao senso comum, parecer intuitivo que mulheres são mais interrompidas que homens em espaços de poder, uma vez que os diferenciais de gênero são sistematicamente identificados nas interações sociais, as pesquisas, realizadas em diferentes países, apresentam resultados inconclusivos quando se trata da interrupção das mulheres no âmbito das casas legislativas.

Metanálises identificam que os homens interrompem mais as mulheres que o oposto, como forma de controlar o debate (Anderson, Leaper, 1998). Entretanto, Ogh (2020), por exemplo, pesquisando as interrupções nos debates parlamentares na Alemanha, identifica que as interrupções não são frequentes de modo a poder classificar tal ato como violência ou obstáculo para mulheres na política, ou para impedir a atuação efetiva das mulheres em suas agendas naquele país. No Equador, incluindo na análise o tempo ocupado no parlatório, Vera e Vidal (2021) concluíram que mulheres, para diminuir o risco de serem interrompidas, preferem, de forma estratégica, reduzir o tempo de seus discursos e, com isso, não arriscar abalar seu poder no parlamento. A decisão, argumentam os autores, está baseada no cálculo que prevê uma perda relativa de poder no tempo presente para reduzir o risco de perda de poder de mais longo prazo. Na interação entre parlamentares homens e mulheres na Inglaterra e na Suécia², representantes de ambos os gêneros utilizam técnicas de discurso com diferentes características para “desestabilizar e/ou neutralizar seus oponentes”, ficando mais difícil identificar evidentes assimetrias de gênero na perspectiva discursiva (Ilie, 2013). Nesse caso, as mulheres costumam ser as maiores vítimas de tal recurso de poder, mas, mesmo elas, utilizam o estratagema como forma de desafiar homens líderes. Tanto na

Inglaterra quanto na Suécia, uma das técnicas mais utilizadas contra parlamentares mulheres é a de transformar debates de ideias em discussões com temas de cunho pessoal.

Na Austrália, identificou-se que, ainda que senadoras mulheres fossem mais interrompidas que qualquer outro grupo, elas também interrompem mais vezes que os homens. No entanto, em somente 37% das interrupções, ou seja, menos da metade, o cunho era negativo, funcionando muito mais como forma de solicitar esclarecimento de alguma informação. No caso dos homens, ocorria o oposto: 75% das interrupções feitas por eles eram, de fato, para interromper quem estava com a palavra (Richards, 2016).

Analisando as audiências nas comissões do Congresso dos Estados Unidos, Miller e Sutherland (2022) mencionam cinco mecanismos por eles observados, nenhum deles com foco exatamente nas dinâmicas de liderança ou intrapartidárias. Principalmente, constatam que a frequência das interrupções está bastante relacionada com a senioridade, com homens e mulheres começando suas trajetórias políticas com a mesma probabilidade de interrupção, a qual vai se reduzindo conforme se amplia o poder que vão adquirindo politicamente. Assim, com o passar do tempo, após cerca de seis mandatos (ou seja, passados 12 anos, contínuos ou não), as congressistas norte-americanas se tornam menos propensas a serem interrompidas, com a senioridade indicando também maior poder relativo. Além disso, quanto mais tempo de casa, maior a chance de se tornarem quem interrompe.

Também pesquisando sobre o tema no Congresso dos Estados Unidos, com foco nas congressistas negras, Hawkesworth (2003) insere no debate a questão do “tokenismo”³, ou seja, o fato de que a baixa presença de representantes de um determinado grupo faz com que essas representantes tenham seus discursos e percepções aceitos apenas se seguem a agenda do grupo dominante, favorecendo o *status quo*, tendo seu poder limitado caso saiam desse padrão de comportamento.

Outra abordagem possível para entender diferenciais de gênero dentro do âmbito da linguagem é feita com a análise de teor e conteúdos dos discursos. Raiber e Spierings (2022), analisando os discursos do período 2013–2017 do *Bundestag* alemão, num total de 51.337 textos, traçaram padrões de discurso que ilustram a diferenciação no comportamento de homens e mulheres. De acordo com os autores, mulheres tendem a tratar mais de políticas que estejam relacionadas a um campo entendido como

feminino, a linguagem utilizada recorre mais a temas de cunho pessoal, mulheres obedecem mais às regras procedimentais que os homens e, por fim, mulheres recorrem mais ao léxico de gentilezas. Observando 6 milhões de discursos do Congresso norte-americano, no período 1858-2014, Gennaro e Ash (2022) identificaram que, em geral, há um padrão mais racional nos discursos, que, no entanto, é menos preponderante entre congressistas democratas, mulheres, representantes pertencentes a minorias religiosas e/ou étnicas. Para além desse achado, os autores constataram que há uma correlação entre discursos mais emotivos e o desprestígio com que são recebidos, uma vez que estão mais presentes em discursos de representantes pertencentes a minorias políticas, como mulheres, hispânicos, negros, judeus e católicos.

Barros e Busanello (2019) elencam, a partir de entrevistas com congressistas mulheres e assessores, 15 categorias daquilo que classificam como ações do “machismo discursivo” no Congresso Nacional. Nesse rol, quatro delas estão relacionadas especificamente às interrupções: interrupções agressivas das falas de deputadas em sessões plenárias e de comissões, boicote aos pronunciamentos de deputadas que defendem causas feministas, uso abusivo de apartes por homens nos pronunciamentos de deputadas, uso de reiteraões discursivas pelos deputados como forma de ter a “última palavra”.

A distribuição de tempo para discursar entre parlamentares e entre partidos é determinada por regras preestabelecidas pelas instituições, com caráter proporcional de distribuição de poder. Contudo, interrupções, mesmo que permitidas pelo regulamento, dependendo da forma como ocorrem, funcionam como expressões informais de poder. Além disso, podem, elas mesmas, retroalimentar disputas e reforçar papéis de prestígio ou de desprestígio.

Assim, boa parte das pesquisas acadêmicas sobre o tema mantém seu enfoque e apresenta suas conclusões analisando as consequências das interrupções para grupos que tradicionalmente têm menor poder nas esferas legislativas, sejam eles legisladores mais novatos (Miller, Sutherland, 2022) ou de menor prestígio (Vera, Vidal, 2022), sejam as mulheres representantes em geral (Ogh, 2020).

Desse modo, o presente artigo tem sua contribuição demarcada à literatura sobre o tema ao estabelecer mais duas camadas aos diferenciais de poder e gênero nos discursos: 1) Fornecendo evidências de que, para o caso brasi-

leiro, as interrupções ocorrem principalmente em discursos proferidos por mulheres líderes e, 2) acrescentando que isso ocorre de forma mais intensa, tendo, como aqueles que interrompem, homens de seus próprios partidos, portanto, teoricamente com menos poder que elas dentro do Senado.

Ou seja, de alguma forma, a dinâmica de poder oriunda dos diferenciais de gênero não apenas ainda funciona, como ela se sobrepõe à dinâmica de poder intrapartidária, que deveria indicar que a mulher, nessa posição, seria devidamente respeitada por seus correligionários.

A revisão de literatura permite inferir que persiste uma lacuna quando se trata de entender como mulheres com características diferentes – sejam elas de identidade ou de posição na estrutura legislativa – defrontam-se com as interrupções em seus discursos no Congresso; ou seja, ainda há poucos estudos que se debruçam sobre o impacto de categorias para além da generalização sob a perspectiva de sexo/gênero. Essa especificação permite incorporar mais nuances a esse debate. Och (2019), por exemplo, ao não encontrar evidências de que haja mais interrupções de discursos das mulheres no parlamento alemão, ressalta, em suas considerações finais, a necessidade de que mais pesquisas sejam feitas para compreender como diferentes mulheres (no caso, ela se refere a grupos tais como mulheres negras ou jovens) possivelmente sofrem diferentes níveis de interrupção.

Neste artigo, ainda que não tenham sido encontradas evidências de que mulheres são mais interrompidas, o dado mais contundente é convergente com as pesquisas que mostram os desafios e violências que as mulheres encontram dentro dos próprios partidos (Dahlerup, 2017; Hinojosa, 2012; Sacchet, 2020; Gatto, Thomé, 2020; Thomé, 2021).

O debate sobre *manterrupting* ou as interrupções dos homens, na tradução literal ao português, se encaixa no arcabouço teórico que tenta identificar como a representação descritiva se reflete não propriamente na representação substantiva, mas, sim, no que tange seu aspecto simbólico, entendendo a representação simbólica para além da definição de Pitkin (1967), como “a representação das relações de poder existentes” (Lombardo, Meier, 2019 p 232), isso é, no poder efetivo que as mulheres da política têm no exercício de suas funções. Nesse sentido, recorre também à perspectiva de Schwindt-Bayer e Mishler (2005), ao propor um olhar integrado da representação, a partir das classificações propostas por Pitkin, o qual permite construir um retrato mais completo e multifacetado da representação.

As senadoras

Muitos são os estudos que abordam e analisam o papel das mulheres na Câmara Federal no Brasil (Araújo, 2010; Sacchet, 2009; Miguel, Marques, Machado, 2015), porém, quando se trata das senadoras, há bem menos trabalhos e teses publicadas, todos mais recentes, dentre os quais encontramos Munhoz e Oliveira (2020); Ames et al. (2021) e Carvalho (2021).

Talvez isso se deva ao fato de que demorou bastante para que o Brasil tivesse sua primeira mulher senadora. Apenas em 1979 (45 anos após a primeira deputada federal ser eleita), Eunice Michiles, uma mulher, assumiu uma cadeira no Senado pelo Partido da Frente Liberal (PFL), pelo Amazonas, devido à morte do titular; em 1981, Laélia Alcântara, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Acre, também assumindo a suplência, tornou-se a primeira senadora negra do Brasil. As primeiras mulheres eleitas para o Senado diretamente pelo voto foram Júnia Marise, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), de Minas Gerais, e Marluce Pinto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Roraima, ambas em 1990. Em 1995, Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), do Rio de Janeiro, tornou-se a primeira senadora negra eleita a ocupar uma cadeira. Trata-se, portanto, de uma casa que conta com a presença de representantes do sexo feminino há pouco mais de 40 anos, onde até 2015 sequer havia um banheiro feminino para uso das senadoras no plenário.

Em 2023, o Senado conta com um percentual de 12% de mulheres, decrescente na comparação com a legislatura anterior, mais baixo que o da Câmara de Deputados e sem nenhuma política que garanta reserva de assentos ou mesmo de vagas em chapas, como ocorre na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores.

Os discursos no Senado Federal

O discurso parlamentar – seja na Câmara de Deputados ou no Senado – pode ter como receptor diferentes audiências: ele tanto é voltado para os pares, ou seja, outros congressistas; como, em alguns casos, pode estar direcionado ao público externo, uma vez que muitos dos discursos são atualmente transmitidos pelas TVs públicas do Poder Legislativo (Miguel, Feitosa, 2009). Além disso, nos tempos recentes, eles têm funcionado também como performance para depois serem reproduzidos nas redes sociais. A natureza da audiência preferencial e os objetivos com o dis-

curso são o que, na maioria das vezes, molda o perfil de discurso que será proferido. Há tanto decisões tomadas com base direta no eleitorado, acompanhando a agenda local dos estados que os elegeram, como decisões mais estruturadas, inclusive com alinhamento partidário, baseadas nas votações que estão ocorrendo naquela semana. Diferentes senadores utilizam de forma distinta o parlatório, mas o tempo de discurso, no Senado, é entendido como um espaço de poder.

O Capítulo V do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) regula o uso da palavra pelos senadores. No quadro abaixo, apresentamos, de forma sucinta, os diferentes tipos de pronunciamentos que os parlamentares podem proferir durante as sessões legislativas do Senado Federal, de acordo com o tempo máximo de duração da fala. Como é possível observar, grande parte desses dispositivos tem uma finalidade específica, como fazer comunicações ou discussões. É vedado senadores e senadoras tratar de assunto estranho à finalidade do dispositivo em que se baseia a concessão da palavra (Artigo 14, Inciso XIV, Parágrafo 1º do RISF). No entanto, há um momento em que é permitido proferirem pronunciamentos mais livres: os discursos feitos como oradores inscritos (em destaque no quadro). Neste artigo trabalharemos apenas com esse tipo de pronunciamento, pois, por se tratar de discursos mais longos e estruturados, podem dar mais margem à interrupção.

Ainda seguindo o Regimento Interno, a palavra é dada pela ordem de pedido, salvo inscrição (Artigo 16 do RISF). Além disso, um senador ou senadora só poderá usar da palavra mais de duas vezes na semana se não houver outro orador inscrito que pretenda ocupar a tribuna (Artigo 17 do RISF).

Quadro 1

Uso da palavra no Senado Federal

Até 2 minutos	Até 5 minutos	Até 10 minutos	Até 20 minutos
1. Aparte 2. Réplica de interpe- lação a Ministro de Estado	3. Comunicação urgente de interesse partidário (se líder)		
	4. Discussão de redação final		13. Como líder (após a Ordem do dia, nas sessões deliberativas)
	5. Encaminhamento de votação	11. Discussão de proposição	14. Como orador
	6. Explicação pessoal	12. Como orador ins-	inscrito (Expediente
	7. Comunicação ina-	crito (Expediente das	das Sessões não Deli-
	diável, manifestação de aplauso ou semel-	Sessões Deliberati-	berativas ou após a
	hante, homenagem de pesar	vas Ordinárias)	Ordem do Dia nas
	8. Pela ordem		sessões deliberati-
	9. Suscitar ou con-		vas)
	traditar questão de ordem		
	10. Interpelar ministro de Estado		

Fonte: Elaboração própria com base no Capítulo V do Regimento Interno do Senado Federal.

Para o tipo de pronunciamentos que analisaremos neste artigo, é permitido que outros senadores ou senadoras façam apartes por um tempo máximo de 2 minutos, desde que permitido pelo orador. A negativa de aparte a um senador se estende aos demais.

Ainda que vejamos muitas possibilidades para a utilização de apartes como uma medida de interrupção aos discursos, compreendemos que tal forma de mensuração apresenta lacunas. Em primeiro lugar, porque podem existir outras formas de interrupção do discurso, algumas mais abruptas, como uma intermissão sem a anuência do orador; outras mais sutis, como um olhar de reprovação ou uma conversa paralela entre ouvintes. No entanto, elas são empiricamente difíceis de serem mensuradas. Em segundo lugar, como destacado anteriormente, é o orador quem permite a realização do aparte. Assim, poderíamos considerar a hipótese de que, devido à própria dinâmica de gênero presente no Senado brasileiro, senadoras acabariam permitindo mais interrupções que senadores. Isto é: poderíamos supor que homens não permitem ser interrompidos. Também quanto a essa possibilidade, não dispomos de informações sobre a quantidade de apartes

negados para que exploremos melhor essa questão. A consequência de tais limitações é a possibilidade de estarmos subestimando os nossos resultados. Mesmo assim, adaptando sobretudo o modelo de análise de Miller e Sutherland (2022), entendemos que a análise feita com esse desenho é bastante válida, inclusive por seu ineditismo, dado que estamos estudando algo que até então não tinha sido quantificado para o caso brasileiro.

Dados

De acordo com a literatura (Tsebelis, Money, 1997; Neiva, 2011; Miller, Sutherland, 2022), a Câmara Alta é, na maioria dos países, uma casa deliberativa caracterizada por ser um local no qual as relações pessoais são especialmente importantes, e onde as regras procedimentais, muitas vezes, são mais frouxas em comparação à Câmara Baixa. Tal aspecto, por si só, poderia encorajar os homens a dominarem o plenário.

Com o intuito de observar esta dinâmica de poder, coletamos todos os discursos proferidos em um período de 23 anos, entre 1º de fevereiro de 1995 e 31 de janeiro de 2018. A coleta dos discursos foi realizada diretamente na página oficial do Senado Federal (<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>), empregando técnicas de *webscraping* por meio do ambiente de programação R. Por esta razão, iniciamos a nossa série temporal em 1995, data em que os discursos passaram a ser disponibilizados de forma digital. Para cada discurso, separamos as falas do senador ou senadora que está proferindo o discurso das interrupções (aportes) feitas por outros senadores. Com isso, poderemos estimar não apenas o número de interrupções, mas também o tipo de interrupção feita. Ao todo, observamos 69.731 discursos proferidos por 356 senadores (315 homens e 41 mulheres), dos quais 30% (21.204) sofreram aportes. Entre as 41 mulheres, 12 chegaram a ser líderes do partido no Senado⁴. Entre os 315 homens, 91 alcançaram o posto de líder partidário. Em média, os 21.204 discursos foram interrompidos por 2,32 senadores diferentes. O tamanho médio dos discursos é de 1.268 palavras, já os aportes possuem um comprimento médio de 676 palavras⁵.

Estatística descritiva

Nesta seção, apresentamos algumas estatísticas descritivas relativas às diferenças de gênero e aos discursos no Senado brasileiro. No Brasil, mulheres são a minoria no Poder Legislativo (Tabela 1, Coluna 1). Entre 1995 e 2018, apenas 11,52% do total dos senadores eram mulheres,

enquanto 88,48% eram homens. Consequentemente, mulheres também são a minoria no que diz respeito ao número de discursos proferidos (Tabela 1, Coluna 2). Durante o período analisado, apenas 11,85% dos discursos - ou seja, apenas 0,33 ponto percentual a mais que a presença de mulheres - foram proferidos por mulheres, enquanto os homens foram responsáveis pelos 88,15% restantes. Ainda que, em quase todas as legislaturas analisadas as mulheres tenham proporcionalmente discursado mais, esse não foi o caso da 53ª legislatura (2007-2011), quando, sendo 12,73% do total de senadores, proferiram 8,32% dos discursos. Desde então, essa disparidade vem diminuindo. Na 55ª Legislatura, a última de nossa amostra, observamos 15,31% de mulheres senadoras, que proferiram 25,08%, ou seja, 1/4 dos discursos no plenário do Senado (Tabela 1, Linha 6). Esse percentual alto de presença nos discursos sugere que existe o interesse das senadoras de usar este instrumento em seu exercício como representante.

O baixo percentual de mulheres do Legislativo é tema de uma série de trabalhos, como mencionado, com bastante enfoque na Câmara dos Deputados, tais como Araújo (2001, 2010); Gatto, Russo e Thomé (2021); Rezende (2017). O crescimento lento no percentual de mulheres, apesar da existência das cotas nas chapas desde 1995, é assunto frequente de artigos acadêmicos e acompanhamentos da imprensa. Porém, exceto pelos trabalhos de Miguel e Feitosa (2009) e Coelho e Volotão (2020), poucos são os artigos que sistematizaram o discurso das parlamentares, especificamente, com o objetivo de pesquisar diferenciais de gênero ali expressos.

Tabela 1
Frequência e porcentagem de senadoras mulheres e discursos de mulheres por legislatura

Legislatura	Senadoras	Discursos de mulheres
50ª (1995-1999)	9 (8,41%)	967 (10,29%)
51ª (1999-2003)	7 (6,19%)	652 (7,25%)
52ª (2003-2007)	11 (10,00%)	1953 (11,09%)
53ª (2007-2011)	14 (12,73%)	1316 (8,32%)
54ª (2011-2015)	13 (11,82%)	1883 (15,72%)
55ª (2015-2018)	15 (15,31%)	1490 (25,08%)
Total	41 (11,52%)	8261 (11,85%)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Senado Federal.

Apesar das observações feitas a partir dos dados descritivos, em uma análise de regressão linear (Anexo 1), tendo como unidade de análise o senador por legislatura (N = 648), a variável dependente sendo o número de discursos proferidos e a variável explicativa o indicador do sexo do senador, encontramos que, em média, homens e mulheres proferem a mesma quantidade de discursos. Mesmo após controlar por *dummies* de qual legislatura se tratava e indicadores como se o/a senador/a era membro da coalizão e se ocupava posições de liderança de partido e de governo, não encontramos evidências estatísticas de que mulheres façam menos discursos que homens ou vice-versa.

Por outro lado, analisando o comprimento (em número de palavras) dos discursos proferidos (tendo como unidade análise o discurso, N = 69.731), encontramos uma pequena diferença entre homens e mulheres (Anexo 2). Em média, mulheres fazem discursos 5,8% menores que os dos homens.

Em alguma medida, esses resultados contrastam achados da literatura que apontam que mulheres acessam menos o plenário para discursar (Bäck, Debus, Müller, 2014; Bäck, Debus, 2019; Vera, Vidal, 2022). Entretanto, esses mesmos autores destacam algo que, sim, foi encontrado no caso brasileiro: que elas tendem a fazer discursos mais curtos. Nesse sentido, esta pesquisa está mais alinhada aos achados de outros trabalhos que constataam que mulheres têm igual acesso ao plenário quando comparadas aos homens, embora passem menos tempo que eles discursando (Mattei, 1998).

Métodos

Para avaliarmos se senadoras mulheres são mais interrompidas em seus discursos que senadores homens, estimamos alguns modelos de regressão logística tendo como unidade de análise o discurso.

Nossas principais variáveis dependentes são indicadores que apontam 1) se o discurso foi interrompido ou não por qualquer senador/a (Interrompido); 2) se o discurso foi interrompido por um senador do sexo masculino (Interrompido por homem); 3) se o discurso foi interrompido por uma senadora do sexo feminino (Interrompido por mulher); 4) se o discurso foi interrompido por integrante do próprio partido, de qualquer sexo; 5) se o discurso foi interrompido por integrante de outro partido, de qualquer sexo; 6) se o/a senador/a recebeu uma pergunta na interrupção;

7) se o/a senador/a recebeu uma pergunta na interrupção de integrante do próprio partido, de qualquer sexo; e 8) se recebeu uma pergunta na interrupção de integrante de outro partido, de qualquer sexo.

Nossa principal variável explicativa é uma variável dicotômica que indica o sexo do/a senador/a (1 = Feminino; 0 = Masculino).

Utilizamos diversas variáveis de controle:

1. Tópico principal do discurso: variável categórica que indica qual o principal tema abordado pelo discurso. O tema do discurso foi estimado a partir de um modelo de Alocação Latente de Dirichlet (LDA) de 37 tópicos. Para mais detalhes, veja o Anexo 3. Quando incluímos o tópico principal do discurso como controle, acreditamos que alguns tópicos têm mais chances de serem interrompidos (por serem mais controversos), bem como mais chances de serem abordados por mulheres (Miguel, Feitosa, 2009).

2. Legislatura: variável categórica que indica a legislatura sob a qual o discurso foi proferido. Essa variável busca capturar todos os elementos que são fixos ao longo de uma legislatura, como o número de mulheres.

3. Comprimento do discurso: mensurado pelo número de palavras. Esta variável é importante, pois quanto maior o discurso, maiores as chances de as falas serem interrompidas. Além disso, como vimos anteriormente, mulheres tendem a fazer discursos mais curtos.

4. Partido: conjunto de variáveis dicotômicas que indicam o partido do senador ou senadora. Com esta variável, pretendemos captar as posições políticas dos parlamentares.

5. Coalizão governamental: variável dicotômica que indica se o senador ou senadora faz parte ou não da coalizão governamental. Esta variável busca controlar o impacto que integrantes da coalizão poderiam exercer ao controlar o acesso ao plenário.

6. Experiência/Antiguidade: mensuramos a experiência (antiguidade) do senador ou senadora a partir do número de legislaturas que serviu desde a 48ª legislatura. Como mostra a literatura (Miller, Sutherland, 2022), mulheres alteram suas estratégias de comunicação à medida em que ganham experiência dentro do Congresso.

7. Líder partidário: variável dicotômica que indica se o senador ou senadora ocupa a posição de líder partidário no momento do discurso. Esta variável e a próxima captam o impacto de exercer cargos de liderança, que são posições institucionais que empoderam o parlamentar, o que pode impactar em suas chances de serem interrompidos.

8. Líder do governo: variável dicotômica que indica se o senador ou senadora ocupa a posição de líder do governo no momento do discurso.

Incluimos tais variáveis por dois motivos principais. O primeiro é que muitas dessas variáveis estão relacionadas tanto com a probabilidade de um discurso ser interrompido como com o sexo do senador, o que seria um fator confundidor. Em segundo lugar, algumas variáveis de controle foram incluídas por serem associadas a explicações alternativas. As três primeiras variáveis são controles básicos, as numeradas de 4 a 6 são variáveis políticas e as duas últimas são variáveis relacionadas a posições de poder no interior do Senado.

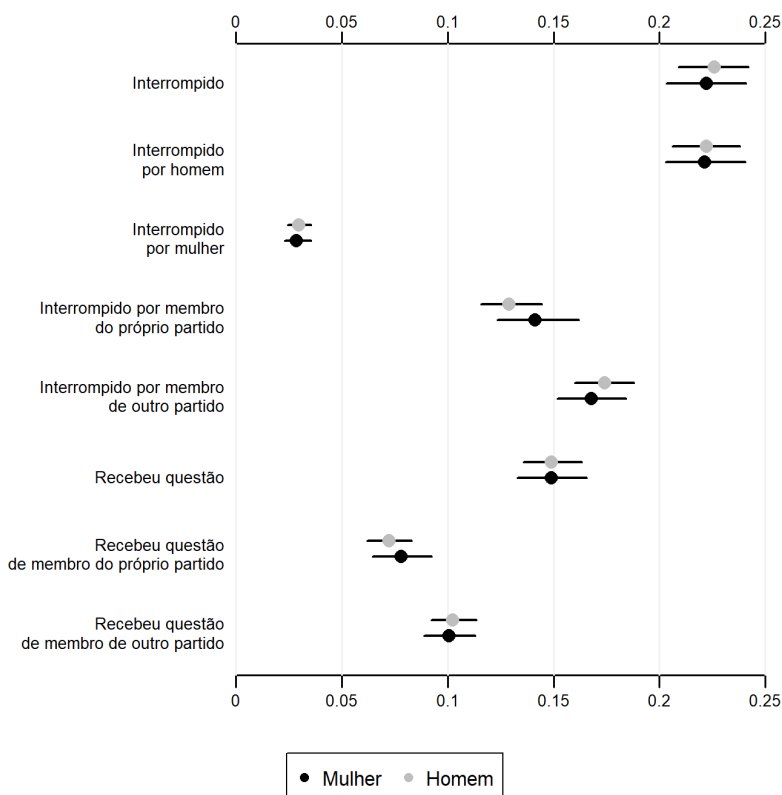
Resultados

Mulheres São Mais Interrompidas?

Com o objetivo de facilitar a interpretação dos resultados, apresentamos nossos achados graficamente⁷, deixando as tabelas com as estimativas no Anexo 4. Na Figura 1, apresentamos as probabilidades de homens e mulheres terem seus discursos interrompidos, com os respectivos intervalos de confiança de 95%. Essas probabilidades foram estimadas, mantendo constantes (em suas médias) as demais variáveis de controle. Apresentamos os resultados para as nossas 8 variáveis que mensuram diversos tipos de interrupções a discursos.

Figura 1

Probabilidade de ter o discurso interrompido por Sexo



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Senado Federal.

Como é possível observar, homens e mulheres têm praticamente as mesmas chances de serem interrompidos em seus discursos. Mulheres têm 22,2% de chances de terem seus discursos interrompidos e homens, 22,6%. Também não há diferenças se as interrupções são feitas por homens ou por mulheres, embora a chance de ser interrompido por um homem seja muito maior que a de ser interrompida por uma mulher. Esses resultados são diferentes dos encontrados por parte da literatura que estudou o fenômeno das interrupções a discursos em outros países; Miller e Sutherland (2022) para o caso norte-americano; e Vera e Vidal (2022) para o caso equatoriano, em que mulheres tendem a ser mais interrompidas do que homens.

De forma complementar, homens e mulheres têm as mesmas chances de receberem algum questionamento, seja de integrantes do próprio partido, seja de integrantes de outros partidos.

Finalmente, a única diferença estatisticamente significativa ao nível de 95% que encontramos foi com relação a ser interrompidos/as por integrantes do próprio partido: mulheres têm 9,5% mais chances de serem interrompidas por integrantes do próprio partido, sem distinção de sexo, que homens⁸. Isso sugere que, se existem alguns obstáculos quanto ao poder exercido pelas mulheres em plenário, eles se encontram no interior de seus partidos. Os resultados apresentados a seguir vão ao encontro desse achado.

Mulheres em Posições de Poder

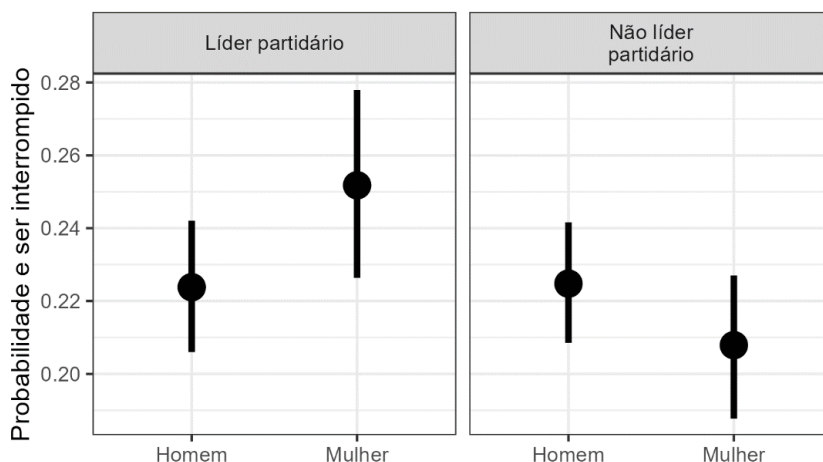
Embora não haja evidências de que senadoras mulheres sejam mais interrompidas em seus discursos que senadores homens, é possível que algumas mulheres estejam mais sujeitas a serem interrompidas que outras.

Nesta seção, avaliamos se mulheres em posições de liderança estão mais propensas a serem interrompidas que aquelas que não são líderes. Se o argumento de que os principais obstáculos enfrentados pelas mulheres para uma plena atuação no plenário se encontram no interior de seus partidos, seria esperado que mulheres que alcançam uma posição de destaque sofram mais interrupções que homens na mesma posição. Para testar essa hipótese, utilizamos os mesmos modelos de regressão logística estimados anteriormente, incluindo uma interação entre as variáveis mulher e líder partidário. Novamente, para facilitar a interpretação dos resultados, apresentamos nossos achados graficamente; as tabelas com as estimativas estão incluídas no anexo.

Mulheres Líderes Têm Mais Chances de Serem Interrompidas

Figura 2

Probabilidade de ter o discurso interrompido por Sexo e Posição de liderança



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Senado Federal.

Na Figura 2, apresentamos os resultados para a probabilidade de ser interrompido/a. A probabilidade de mulheres que estão em posições de liderança serem interrompidas é de 25,2%. Já homens em posições de liderança têm 22,4% de chances de serem interrompidos. Em outras palavras, mulheres em posição de liderança têm 12,5% mais chances de terem um discurso interrompido do que homens⁹.

Uma vez que é relativamente baixo o número de senadoras líderes no período (n=12), é importante mencionar que os testes mostraram que as interrupções estão distribuídas entre as diferentes líderes, as quais, no período, ocupavam posições de poder em partidos com números variados de bancadas (ver Anexo 5). Isso quer dizer que não há uma senadora em específico que seja o alvo preferencial das interrupções, assim como a relevância dos partidos que lideram também varia.

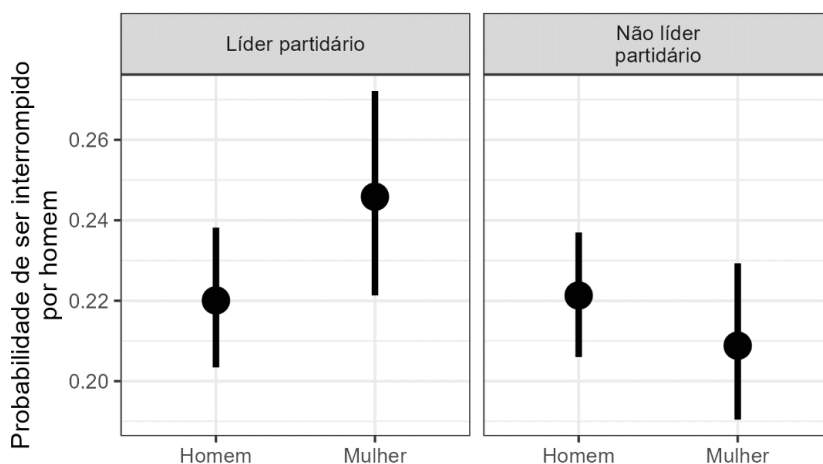
Quando analisamos o grupo de senadores que não estão em posição de liderança, o resultado se inverte: homens têm 7,5% mais chances de serem interrompidos que mulheres¹⁰.

Portanto, esses resultados sugerem que mulheres que alcançam uma posição de destaque no Senado Federal, como a liderança partidária, tendem a enfrentar mais obstáculos para expressarem suas opiniões sem serem interrompidas e defenderem suas propostas em plenário. Muitos fatores podem contribuir para esse resultado, desde os estereótipos de gênero e normas culturais até as dinâmicas de poder que perpassam as relações no interior dos partidos em sua atuação dentro do Poder Legislativo. Algumas interrupções podem ser ocasionadas pela percepção de que mulheres representam uma ameaça ao *status quo* e ao poder intrapartidário, o que levaria homens a tentar minar a autoridade de mulheres; outras podem ter como objetivo dar ênfase a um determinado tema, efetivamente tomar o tempo disponível à senadora ou o desejo de ter a última palavra (Barros, Busanello, 2019). Se este for o caso, seria esperado que homens, e não mulheres, interrompessem mais as mulheres em posição de liderança.

Mulheres Líderes Têm Mais Chances de Serem Interrompidas por Homens

Figura 3

Probabilidade de ter o discurso interrompido por homem por Sexo e Posição de liderança



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Senado Federal.

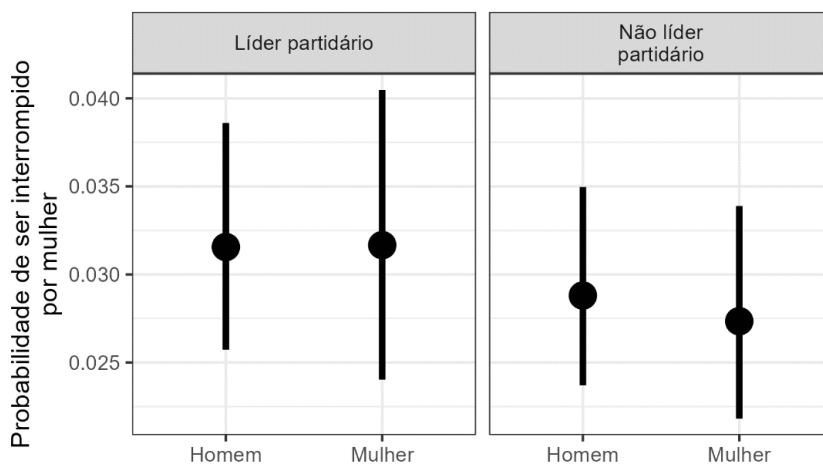
Aqui os resultados corroboram os achados anteriores. Mulheres em posição de liderança têm 11,7% mais chances de serem interrompidas por um homem em comparação aos senadores homens na mesma posição¹¹. Por outro lado, entre os/as senadores/as que não exercem o cargo de liderança, não há diferença estatística entre homens e mulheres.

Embora as mulheres como um todo não sejam mais interrompidas por homens, quando elas alcançam uma posição de liderança, passam a ser mais interrompidas.

Mulheres Líderes Não Têm Mais Chances de Serem Interrompidas por Mulheres

Figura 4

Probabilidade de ter o discurso interrompido por mulher por Sexo e Posição de liderança



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Senado Federal.

Se esses exemplos ilustram o constatado pelos dados, o mesmo não ocorre com relação às interrupções feitas por mulheres. Diferentemente do que vimos anteriormente, mulheres líderes não têm mais chances de serem interrompidas por mulheres que homens. Tanto para o grupo de senadores/as que exercem o cargo de liderança quanto para aqueles/as que não o exercem, as interrupções feitas por mulheres não seguem nenhuma

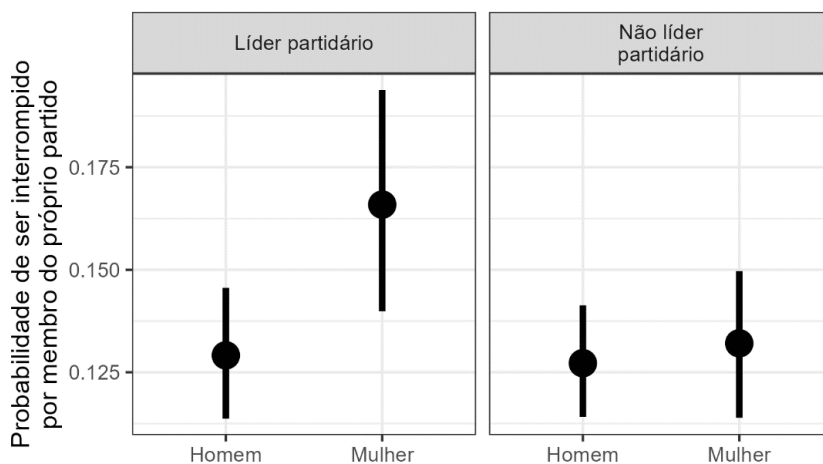
distinção de gênero. Portanto, em conjunto com o resultado anterior, é possível notar que as interrupções são feitas sobretudo por senadores homens e não por mulheres.

Esses resultados estão em consonância com a ideia de que mulheres que desafiam as estruturas de poder estabelecidas e alcançam posições de liderança são vistas como uma ameaça por seus pares. Ao interrompê-las, os interlocutores do sexo masculino podem estar tentando reafirmar a hierarquia de poder de gênero existente em um ambiente historicamente dominado por eles. O fato de as mulheres não interromperem mais reforça esse entendimento.

Mulheres Líderes Têm Mais Chances de Serem Interrompidas por Senadores/as do Próprio Partido

Figura 5

Probabilidade de ter o discurso interrompido por membro do próprio partido por Sexo e Posição de liderança



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Senado Federal.

As dinâmicas de poder associadas aos padrões de interrupção a discursos tornam-se mais evidentes quando avaliamos se senadoras em geral e líderes especificamente têm mais chances de serem interrompidas por integrantes do próprio partido que senadores homens em geral e líde-

res. Aqui, é possível identificar a diferença mais intensa entre os gêneros. Senadoras em posição de liderança têm 16,6% de chances de serem interrompidas, ao passo que homens têm apenas 12,9%. Isso quer dizer que mulheres têm 28,5% mais chances de serem interrompidas por um membro do próprio partido quando estão exercendo o cargo de líder partidária, em comparação a homens na mesma posição¹². Mas o mesmo não ocorre quando não estão em posição de liderança. Neste caso, não há diferenças entre os gêneros. Isso reforça a ideia de que grande parte das barreiras enfrentadas pelas mulheres estão dentro de seus próprios partidos e, de forma bem mais intensa, quando estão ocupando um lugar de liderança.

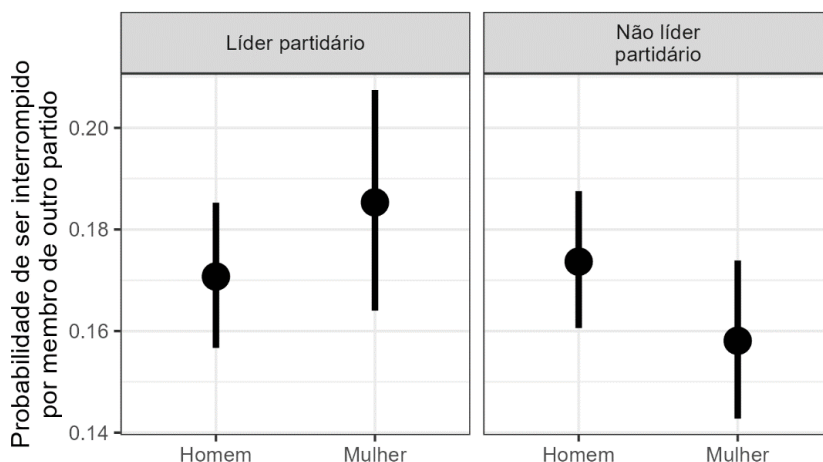
Dois exemplos retirados da nossa amostra ajudam a ilustrar tal achado. Em 31 de outubro de 2017, a senadora Ana Amélia, então líder do Partido Progressista (PP), pelo Rio Grande do Sul, discursava quando foi interrompida pelo senador Ivo Cassol (PP-RO), o qual toma o protagonismo para si: “Só para fortalecer, eu entrei com uma emenda, a Emenda nº 7, de plenário, para que seja destacado aqui, uma vez que... Acho um absurdo: enquanto o cartão de crédito cobra de 3% a 5% para dar garantia e segurança para o comércio, o Uber está cobrando de 15% a 25%. Quer dizer, isso é um assalto!”¹³ A campanha soa várias vezes sinalizando o fim do tempo marcado pelos apartes.

Anos antes, em 13 de junho de 2000, a senadora Heloísa Helena, na época líder do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado, começa seu discurso com uma fala composta por 230 palavras. Em seguida, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicita um aparte, ao que a senadora responde: “Se for sobre o tema, concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.”¹⁴ O aparte, então supera largamente o tamanho da abertura do discurso, sendo composto por 518 palavras e, depois, emendado por mais um aparte do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que também faz um aparte maior, composto por 295 palavras. Com a anuência da senadora, ocupam em larga escala seu tempo de parlatório.

Mulheres Líderes Não Têm Mais Chances de Serem Interrompidas por Membros de Outros Partidos

Figura 6

Probabilidade de ter o discurso interrompido por membro de outro partido por Sexo e Posição de liderança



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Senado Federal.

Reforçando os achados anteriores, na Figura 6 avaliamos se mulheres estão mais sujeitas a ter um discurso interrompido por integrantes de outros partidos. Para o grupo de senadores que exercem o cargo de liderança, não encontramos evidências estatisticamente significativas para a diferença de gênero nas interrupções. Homens e mulheres, em posição de liderança, têm a mesma chance de serem interrompidos por integrantes de outros partidos. No entanto, para os senadores/as que não ocupam esse cargo, homens têm 9% mais chances de serem interrompidos que as mulheres.

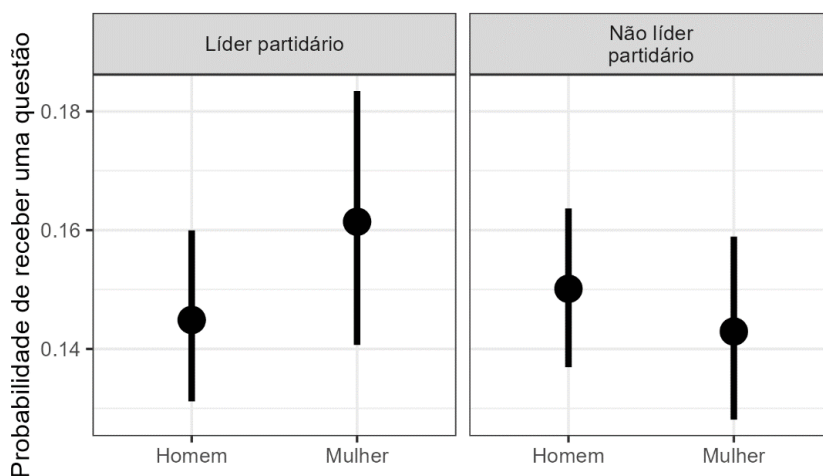
Em resumo, mulheres em posição de destaque encaram mais obstáculos para apresentar as suas ideias do que homens na mesma posição. E esses obstáculos são interpostos, sobretudo, por senadores homens do próprio partido.

Mulheres Líderes Têm Mais Chances de Receberem Perguntas que Homens

Nesta seção, avaliamos o tipo de interrupção sofrida por homens e mulheres. Estamos preocupados, especificamente, com questões de credibilidade e autoridade. Como aponta a literatura (Mattei, 1998), mulheres no interior do Poder Legislativo precisam estabelecer sua credibilidade, enquanto se supõe que os homens já a tenham, dadas as próprias expectativas da sociedade. Nesse sentido, uma forma de desafiar a autoridade ou o conhecimento de alguém é fazendo perguntas constantes. Logo, é esperado que mulheres, sobretudo ocupando posições de liderança, recebam mais questionamentos que seus colegas do sexo masculino.

Figura 7

Probabilidade de receber uma pergunta por Sexo e Posição de liderança



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Senado Federal.

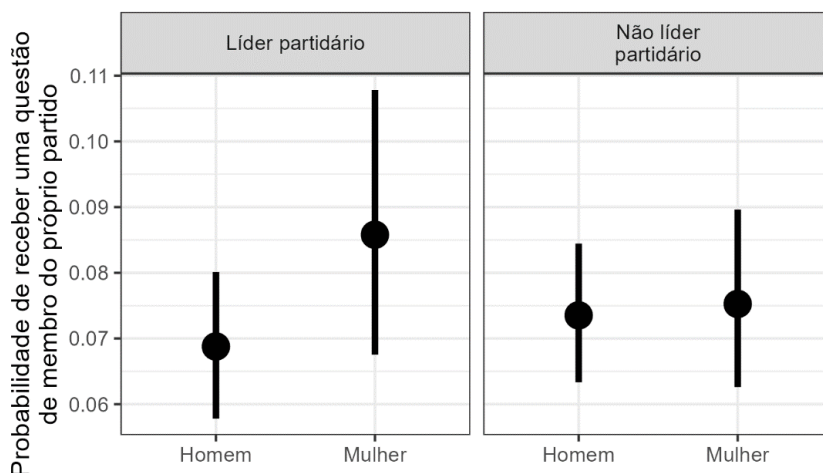
Na Figura 7, apresentamos a probabilidade de senadores homens e mulheres receberem ao menos uma pergunta quando discursam, independentemente do partido de quem pergunta. Mulheres em posição de liderança têm 11,4% mais chances de receberem um questionamento que homens na mesma posição¹⁵. Porém, o mesmo não ocorre quando não ocupam este tipo de cargo.

Portanto, podemos inferir que mulheres líderes de partido tendem a receber mais perguntas, sugerindo que a sua credibilidade é posta em xeque com mais frequência que homens líderes.

Mulheres Líderes Têm Mais Chances de Receberem Perguntas de Membros do Próprio Partido que Homens

Figura 8

Probabilidade de receber uma pergunta de membros do próprio partido por Sexo e Posição de liderança



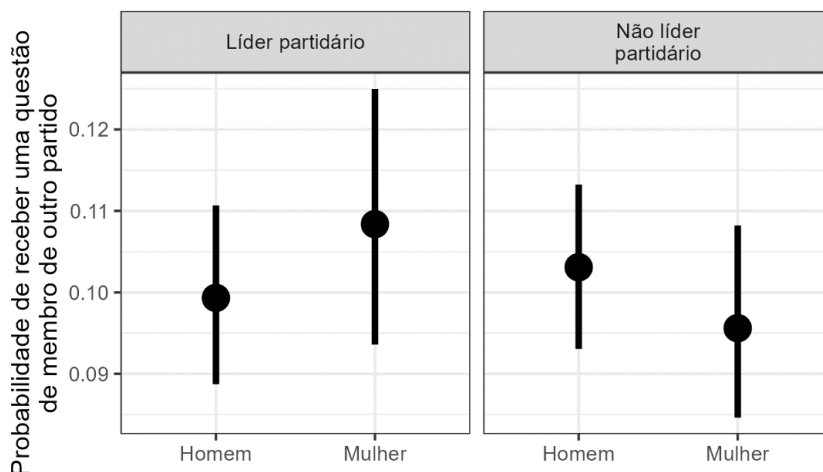
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Senado Federal.

Em consonância com os resultados anteriores, mulheres que ocupam o cargo de líder do partido têm 24,7% mais chances de receberem um questionamento feito por integrante do mesmo partido que senadores homens que ocupam o mesmo cargo. Esse resultado é forte e estatisticamente significativo ao nível de 95%. Por outro lado, quando elas não estão em posições de liderança não há diferenças em relação aos homens. Isso corrobora a ideia de que mulheres precisam estabelecer a sua autoridade dentro do âmbito partidário, enquanto se supõe que os homens a tenham, uma vez que elas tendem a ser mais questionadas por seus liderados, em comparação aos homens.

Mulheres Líderes Não Têm Mais Chances de Receberem Perguntas de Membros de Outros Partidos que Homens

Figura 9

Probabilidade de receber uma pergunta de membros de outros partidos por Sexo e Posição de liderança



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Senado Federal.

Finalmente, na Figura 9, avaliamos se mulheres em posição de liderança têm mais chances de serem questionadas por membros de outros partidos, em comparação a homens. Como é possível observar, não há evidências de que mulheres, ocupando ou não posições de liderança, recebam mais perguntas de membros de outros partidos, em comparação a homens.

Portanto, mulheres líderes não apenas são mais interrompidas, como também o tipo de interrupção sofrida por elas é diferente, uma vez que são mais questionadas do que homens. Ser questionada de forma excessiva em comparação aos seus colegas pode criar a percepção de que as agendas e ideias que defende são menos fortes e, portanto, mais questionáveis. O excesso de interrupções sofridas por mulheres líderes pode estar baseado em estereótipos de gênero, os quais são reflexos da lacuna de autoridade, mas também a reforçam, diminuindo a credibilidade das mulheres.

Conclusões

Neste artigo, avaliamos se, e em quais condições, senadoras mulheres são mais interrompidas em seus discursos do que senadores homens. Os resultados apontam que, ao contrário do que sugere a literatura (Miller, Sutherland, 2022; Vera, Vidal, 2022), ao menos para o Senado brasileiro, mulheres não são, de maneira ampla, mais interrompidas em seus discursos que homens.

No entanto, mulheres que ocupam a posição de líder partidária têm 12,5% mais chances de serem interrompidas em comparação a homens que ocupam a mesma posição. Vimos também que mulheres líderes têm 28,5% mais chances de serem interrompidas por membros do próprio partido, em comparação a senadores líderes, e que essas interrupções geralmente são feitas por senadores homens. Tal achado sugere que, ao menos no Senado Federal, boa parte das dificuldades encontradas pelas mulheres no exercício da política está no interior de seus próprios partidos.

Além disso, o tipo de interrupção sofrida por homens e mulheres líderes é diferente. Mulheres em posição de liderança têm, em geral, 11,4% mais chances de receberem um questionamento que homens na mesma posição.

Encontramos também que mulheres que ocupam o cargo de líder do partido têm 24,7% mais chances de receberem um questionamento feito por integrante do mesmo partido em comparação a homens. Nesse sentido, esses resultados corroboram a ideia de que mulheres precisam estabelecer a sua autoridade dentro de seus partidos, enquanto se supõe que os homens já a tenham.

Este artigo traz avanços ao complexificar o debate sobre *manterrupting* e dinâmicas de gênero e poder no Senado, inserindo novos elementos de análise e identificando que mulheres são mais interrompidas quando líderes, sobretudo por homens do seu próprio partido. Esse achado aprofunda a discussão sobre os obstáculos com que mulheres se deparam, uma vez alcançando posições de poder, sugerindo que: 1) Cargos mais altos não significam a quebra de barreiras de gênero, ou seja, o gênero é sobressalente à posição política nestas interações; 2) Quando se trata de mulheres líderes, a dinâmica de disputa de poder intrapartidária é maior do que aquela que ocorre nas relações entre partidos. Esse achado dialoga com a literatura, ao mesmo tempo que apresenta uma perspectiva ainda pouco explorada.

Metodologicamente, esta pesquisa contribui ao fazer uso de texto como dados. São eles que fornecem as explicações para os fenômenos que estão sendo observados. Os discursos são uma importante fonte de informação, que começaram a ser utilizados apenas recentemente nos trabalhos de Ciência Política. Cada vez mais, com os avanços tecnológicos e metodológicos no desenvolvimento das pesquisas, eles deverão ser considerados uma fonte profícua para a realização de análises no campo da Política (Grimmer, Stewart, 2013; Izumi, Moreira, 2018).

A pesquisa com mulheres eleitas para o Senado (e não para a Câmara de Deputados) permite explorar melhor um espaço sobre o qual ainda existem poucas análises sendo realizadas. Isso ocorre mesmo que esta casa seja bastante relevante na aprovação de leis e considerada a mais alta do Poder Legislativo, o que leva o cargo de senador/a a ser o mais alto também em uma trajetória política neste Poder (Neiva, 2011; Neixa, Izumi, 2012; Izumi, 2016).

Isso considerado, o presente trabalho deve ser visto como um primeiro esforço para entender, fazendo uso de perspectivas que envolvem questões de gênero, linguagem e poder, um pouco mais sobre como os discursos, debates e defesa de agendas ocorrem no âmbito do Legislativo. A pesquisa não informa, por exemplo, se – e de que forma – categorias tais como raça tem impacto nessa dinâmica, bem como se mulheres líderes especificamente de diferentes partidos são mais ou menos interrompidas. Tampouco traz informações sobre como essa dinâmica influencia a capacidade legislativa das senadoras. Finalmente, saber se os resultados encontrados neste artigo para a Câmara Alta podem ser generalizados para o Poder Legislativo como um todo é uma questão empírica. Se, por um lado, a menor rigidez nas regras procedimentais do Senado contribui para a predominância masculina no plenário, por outro lado, as interrupções podem ser mais frequentes na Câmara dos Deputados, uma vez que esta casa é composta, em geral, por parlamentares menos experientes. Essas são questões a serem exploradas em trabalhos futuros.

(Recebido para publicação em 25 de abril de 2023)

(Reapresentado em 8 de dezembro de 2023)

(Aprovado para publicação em 29 de fevereiro de 2024)

Notas

1. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/simone-tebet-e-flavio-bolsonaro-discutem-na-cpi-no-microfone-ele-nao-tem-coragem-de-falar-175252033.html>. Acesso em 28 de novembro de 2023.
2. Em ambos os parlamentos, os e as representantes não se dirigem diretamente aos/às colegas quando vão proferir seus discursos.
3. Para Kanter (1977), tokens seriam aquelas ou aqueles pertencentes a grupos minoritários, que compõem menos de 15% de um grupo total e, por isso, alvos de preconceito.
4. As 12 líderes identificadas são Ana Amélia (PP; Partido do Povo Brasileiro, PPB e Partido Progressista Reformador, PPR), Gleisi Hoffmann (PT), Heloísa Helena (PT e Partido Socialismo e Liberdade, PSOL), Ideli Salvatti (PT), Júnia Marise (Partido Democrático Trabalhista, PDT), Kátia Abreu (PFL; Democratas, DEM; PMDB e Partido Social Democrático, PSD), Lídice da Mata (Partido Socialista Brasileiro, PSB), Marina Silva (PT e Partido Verde, PV), Marinor Brito (PSOL), Regina Assumpção (PTB), Simone Tebet (PMDB) e Vanessa Grazziotin (Partido Comunista do Brasil, PCdoB).
5. Sempre que observamos mais de um senador fazendo apartes a um mesmo discurso, nós juntamos todas essas interrupções em um único texto.
6. A pergunta é mensurada pela ocorrência de pontos de interrogação no aparte.
7. Os valores esperados foram calculados por meio do pacote Zelig do R (King, Tomz, Wittenberg, 2000; Imai, King, Lau, 2009).
8. Para chegar a esse resultado, calculamos a primeira diferença entre a probabilidade de mulheres serem interrompidas por membros do próprio partido e homens serem interrompidos por membros do próprio partido. Isto é: $14,1\% - 12,9\% = 1,2\%$. O respectivo intervalo de confiança de 95% é $[0,2\%; 2,4\%]$. Isso corresponde a um aumento aproximado de 9,5% nas chances de mulheres serem interrompidas em relação aos homens ($1,2\%/12,9\%$). Para os demais coeficientes, ver o Anexo 6.
9. O intervalo de confiança de 95% da primeira diferença é $[0,87\%; 4,73\%]$. Para os demais coeficientes ver o Anexo 6.
10. O intervalo de confiança de 95% da primeira diferença é $[-2,82\%; -0,37\%]$.
11. O intervalo de confiança de 95% da primeira diferença é $[0,65\%; 4,64\%]$.
12. O intervalo de confiança de 95% da primeira diferença é $[1,57\%; 5,99\%]$.
13. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/437619>. Acesso em 28 de novembro de 2023.
14. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/312100>. Acesso em 28 de novembro de 2023.
15. O intervalo de confiança de 95% da primeira diferença é $[0,11\%; 3,28\%]$.

Referências

- Ames, Maria Clara Figueiredo Dalla Costa *et al.* (2021), “Dinâmicas da agenda do aborto no Senado Federal: de 1988 a outubro de 2020”. *Cadernos Ebape. Br*, 19, 656-674.
- Anderson, Kristin. J.; Leaper, Campbell. (1998), “Meta-analyses of gender effects on conversational interruption: Who, what, when, where, and how”. *Sex roles*, 39(3-4), 225-252.
- Araújo, Clara. (2001), “Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, 9, 231-252.
- Araújo, Clara. (2010), “Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina”. *Revista Estudos Feministas*, 18, 567-584.
- Bäck, Hanna; Debus, Mark. (2019), “When do women speak? A comparative analysis of the role of gender in legislative debates”. *Political Studies*, 67(3), 576-596.
- Bäck, Hanna; Debus, Mark; Müller, Jochen. (2014), “Who takes the parliamentary floor? The role of gender in speech-making in the Swedish Riksdag”. *Political Research Quarterly*, 67(3), 504-518.
- Barnes, Tiffany. (2016), *Gendering legislative behavior*. Cambridge University Press.
- Barros, Antonio Teixeira de; Busanello, Elisabete. (2019), “Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro”. *Revista Estudos Feministas*, 27.
- Carvalho, Andreza Rios de. (2021), *Gênero e processo legislativo: como a pauta de interesse das mulheres é tratada no Senado Federal? Uma análise sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho político*. Trabalho de conclusão do Bacharelado em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Childs, Sarah; Mona, Lena Krook. (2008), “Critical mass theory and women’s political representation”. *Political studies*, 56 (3), 725-736.
- Coelho, Naiara; Volotão, Amanda. (2020), “Não serei interrompida: o processo de silenciamento feminino no espaço político brasileiro”. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 6(2), 151-170.
- Dos Santos, Matheus; Andrade, Nazareno; Morais, Fabio, (2021). “Topic Modeling of Committee Discussions in the Brazilian Chamber of Deputies”. In *Anais do IX Symposium on Knowledge Discovery, Mining and Learning* (pp. 49-56). SBC.
- Dahlerup, Drude. (2017), *Has Democracy Failed Women?* John Wiley & Sons.
- Figueiredo, Felipe. C. D.; Mueller, Bernardo.; Cajueiro, Daniel. O. (2022), “A natural language measure of ideology in the Brazilian Senate”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 37, 246618.
- Gatto, Malu A. C.; Thomé, Debora (2020). “Resilient Aspirants: Women’s Candidacies and Election in Times of COVID-19”. *Politics & Gender*, v. 16, p. 1001-1008.
- Gatto, Malu A. C.; Russo, Guilherme; Thomé, Debora. (2021). *+Representatividade*. 1. ed. São Paulo: Instituto Update. v. 1. 214p.
- Gennaro, Gloria; Ash, Elliott. (2022), “Emotion and reason in political language”. *The Economic Journal*, 132(643), 1037-1059.
- Grimmer, Justin; Stewart, Brandon. M. (2013), “Text as data: The promise and pitfalls of automatic content analysis methods for political texts.” *Political analysis*, 21(3), 267-297.

- Hinojosa, Magda. (2012), *Selecting women, electing women: Political representation and candidate selection in Latin America*. Temple University Press.
- Hawkesworth, Mary. (2003), "Congressional enactments of race-gender: Toward a theory of raced-gendered institutions." *American Political Science Review*, 97(4), 529-550.
- Ilie, Cornelia. (2013), "Gendering confrontational rhetoric: discursive disorder in the British and Swedish parliaments". *Democratization*, 20(3), 501-521.
- Imai, Kosuke; King, Gary; Lau, Olivia. (2009), "Zelig: Everyone's statistical software". *R package version*, v. 3, n. 5.
- Izumi, Mauricio. (2016), "Governo e oposição no senado brasileiro (1989-2010)". *Dados*, 59, 91-138.
- Izumi, Mauricio; Moreira, Davi. (2018), "O texto como dado: desafios e oportunidades para as ciências sociais". *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 86, 138-174.
- Izumi, Mauricio; Medeiros, Danilo. (2021), "Government and opposition in legislative speechmaking: using text-as-data to estimate Brazilian political parties' policy positions". *Latin American Politics and Society*, 63(1), 145-164.
- Kanter, Rosabeth Moss. (1977). *Men and women of the corporation*. New York, NY: Basic Books.
- King, Gary; Tomz, Michael; Wittenberg, Jason. (2000), "Making the most of statistical analyses: Improving interpretation and presentation". *American journal of political science*, 347-361.
- Krook, Mona Lena. (2022), "Semiotic Violence against Women: Theorizing Harms against Female Politicians". *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 47(2), 371-397.
- Lombardo, Emanuela; Meier, Petra. (2019), "The significance of symbolic representation for gender issues in politics". *NORA-Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, 27(4), 231-244.
- Mansbridge, Jane J. (1983). *Beyond adversary democracy*. University of Chicago Press.
- Mansbridge, Jane; Shames, Shauna. (2008), "Toward a Theory of Backlash: Dynamic Resistance and the Central Role of Power". *Politics & Gender*, 4(04), 623. doi:10.1017/s1743923x08000500.
- Marx Ferree, Myra. (2004), "Soft repression: Ridicule, stigma, and silencing in gender-based movements". *Authority in contention* (pp. 85-101). Emerald Group Publishing Limited.
- Mattei, Laura R. Winsky. (1998), "Gender and power in American legislative discourse. *The Journal of Politics*, 60(2), 440-461.
- Miguel, Luis Felipe; Feitosa, Fernanda. (2009), "O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados". *Dados*, 52, 201-221.
- Miguel, Luis Felipe; Marques, Danusa; Machado, Carlos. (2015), "Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados". *Dados*, 58, 721-747.
- Miller, Michael G.; Sutherland, Joseph. L. (2022), "The Effect of Gender on Interruptions at Congressional Hearings". *American Political Science Review*, 1-19.
- Moreira, Davi. (2020a), "Com a palavra os nobres deputados: ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros". *Dados*, 63, e20180176.
- Moreira, Davi. (2020b), "Karaokê da Câmara dos Deputados: o uso do microfone na atividade parlamentar". *Opinião Pública*, 25, 597-629.

- Munhoz, Claudia Costa; Oliveira, Viviane de Arruda. (2020), “Mulheres na política nacional: representatividade no Senado Federal”. *Direitos Democráticos & Estado Moderno*, (1), 111-132.
- Neiva, Pedro Robson Pereira. (2011), “Coesão e disciplina partidária no Senado Federal”. *Dados*, 54, 289-318.
- Neiva, Pedro; Izumi, Mauricio. (2012), “Os ‘doutores’ da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas”. *Revista de Sociologia e Política*, 20, 171-192.
- Och, Malliga. (2020), “Man interrupting in the German Bundestag: Gendered Opposition to Female Members of Parliament?” *Politics & Gender*, 16(2), 388-408.
- Raiber, Klara; Spierings, Niels. (2022), “An agnostic approach to gender patterns in parliamentary speech: a question of representation by topic and style”. *European Journal of Politics and Gender*, 5(3), 361-381.
- Rezende, D. L. (2017), “Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados”. *Revista Estudos Feministas*, 25, 1199-1218.
- Richards, Joanna. (2016), *Let Her Finish: Gender and Deliberative Participation in Australian Senate Estimates Hearings*. Trabalho de conclusão do bacharelado, University of Canberra. Austrália. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/56525a74e4b033f56d2a785c/t/5f9a5bfda72176270b687a6d/1603951617108/JR+interruption+paper.pdf>
- Sacchet, Teresa. (2009), “Capital social, gênero e representação política no Brasil”. *Opinião Pública*, 15, 306-332.
- Sacchet, Teresa (2020), “A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero e disputas eleitorais”. In: *Mulheres, Poder e Ciência Política: debates e trajetórias*. Org. Biroli, Flavia. et al. Campinas: Editora da Unicamp. 376 pp.
- Sanín, Juliana Restrepo (2022), “Violence against women in politics as an unintended consequence of democratization”. *International Feminist Journal of Politics*, 24(1), 16-39.
- Schwindt-Bayer, Leslie; Mishler, William. (2005), “An integrated model of women’s representation.” *The Journal of politics*, 67(2), 407-428.
- Thomé, Débora (2021). “Mulheres interessadas em política: evidências de um grupo de candidatas a candidatas”. *Revista Feminismos*, v.9 n.2.
- Tsebelis, George; Money, Jeannette. (1997), *Bicameralism*. Cambridge University Press.
- Vera, Sebastián; Vidal, Analía. (2022), “The politics of interruptions: gendered disruptions of legislative speeches”. *The Journal of Politics*, 84(3), 1384-1402.